

Impactos da geografia sobre a construção de conhecimento musicológico

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: MUSICOLOGIA E ESTÉTICA

Renato Pereira Torres Borges
PPGM-UNIRIO – renatoptborges@gmail.com

Resumo: Esta comunicação discute a importância da geografia na constituição e manutenção de cânones musicológicos, sobretudo em âmbito brasileiro. Discute-se o conceito de cânone na música a partir das publicações de Joseph Kerman, Katherine Bergeron, Don Michael Randel e William Weber. São abordadas duas conformações da geografia sobre a pesquisa: a importância local dos objetos e metodologias empregadas em pesquisa e a capilaridade com que a produção de um determinado local pode se disseminar a outras regiões.

Palavras-chave: Pesquisa em música no Brasil. Musicologia. Cânone.

Geography as underlying factor for the musicological canon

Abstract: This paper discusses the importance of the geography on the constitution and maintenance of musicological canons, especially Brazilian ones. It discusses canon in music, referencing Joseph Kerman, Katherine Bergeron, Don Michael Randel and William Weber as theoretical framework. This paper also focus on two ways geography molds research: the local importance of research themes and methodologies and the capillarity the research procedures and results has to reach other places.

Keywords: Music research in Brazil. Musicology. Canon.

1. Introdução

Esta comunicação discute a importância da geografia na constituição e manutenção de cânones musicológicos, sobretudo em âmbito brasileiro. A partir de uma breve revisão do conceito de cânone na música, são identificados impactos da geografia sobre a construção de conhecimento musicológico.

2. Cânone

A questão dos cânones no estudo da música veio à tona na década de 1980. Embora seja possível encontrar referências anteriores (SCOTT, 1929; EVANS, 1973¹), o assunto era normalmente mencionado *en passant* até os anos 1980, não sendo tomado como objeto de estudo. Foi na repercussão do artigo *A Few Canonic Variations* de Joseph Kerman (1983) que a discussão musicológica sobre cânone ganhou maior dimensão. A publicação foi realizada numa edição especial sobre cânones do *Critical Inquiry*, periódico norte-americano da área de letras, e disparou uma série de discussões musicológicas nas décadas seguintes (notadamente WEBER, 1989, 2001; BERGERON; BOHLMAN, 1992; RANDEL, 1992; CITRON, 1993). No Brasil, pesquisas que lidam com o conceito de cânone o fazem de

maneira aplicada a partir ou da conceituação de Kerman, Weber, Bergeron e Randel (BAIA, 2011) ou diretamente dos dados colhidos, sem construir explicitamente um referencial sobre cânone (BAIA, 2014; VILELA, 2014).

Elaboradas num período de 18 anos, as propostas conceituais de Joseph Kerman, Katherine Bergeron, Don Michael Randel e William Weber sobre *cânone* são complementares. Cada um observou, em situações distintas, manifestações de um mesmo modo de proceder. Os pensamentos desenvolvidos por cada autor se conciliam e possibilitam, juntos, estabelecer um referencial teórico para estudar cânones e processos de canonização.

Cânone, no senso comum, é tomado como um repertório frequentemente reiterado. Nas palavras de William Weber (2001, p. 338), um dos perigos de estudar esse tema é a facilidade com que se usa intercambiavelmente termos como “cânone”, “clássico” e “obra-prima”. Por isso, é essencial a distinção entre *cânone* e *repertório* feita por Kerman (1983). Para o autor, o “cânone é uma ideia; o repertório é um programa de ação”² (KERMAN, 1983, p. 107).

A concepção de Kerman ainda contraria o senso comum, deslocando a autoridade que determinado repertório possui para uma ideia anterior, essa sim, que permite que esse repertório se estabeleça e permaneça: se a *ideologia* sustenta e direciona o cânone, o *repertório* o efetiva. Além disso, Kerman (1983, p. 111-112) apontou que há uma forte dependência do cânone em relação à *crítica* musical.

Bergeron, no prólogo de *Disciplining Music*, definiu cânone como “um espaço de valores”, “um ideal de ordem tornado material, físico, visível” (BERGERON, 1992, p. 1-2). Segundo a autora, estudantes da história vigente da música aprendem a reproduzir os valores nos quais essa história se fundamenta. Nesse ponto de vista, sustentar o cânone significa “interiorizar aqueles valores que manteriam, podemos dizer, a ‘harmonia’ social” (BERGERON, 1992, p. 3). Bergeron busca realçar tanto as práticas sociais e ideológicas que alimentam a formação disciplinar da música quanto as conexões que elas fazem com o cânone.

Por fim, William Weber conceituou cânone como “o quadro teórico que fundamenta a identificação [de obras individuais] em termos críticos e ideológicos”³ (2001, p. 338). Weber defende a utilização do termo “cânone” (em vez de “grandes obras” ou “música clássica”) tanto por sua diferença conceitual quanto pela bagagem acumulada sobre o termo nos estudos literários, mencionada também por Randel. Weber ampliou a discussão para o âmbito da *técnica* (*craft*). Junto a repertório, ideologia e crítica, nomeou esses quatro aspectos “as bases do cânone”.

Desde o artigo inaugural de Kerman, essas “bases” foram gradualmente expandidas para abranger três diferentes áreas de atividade musical: as práticas musicais propriamente ditas (KERMAN, 1983), as ações pedagógicas (BERGERON, 1992) e o campo de pesquisa (RANDEL, 1992). Weber (2001) observou esse tripé, se dedicando sobretudo às duas primeiras áreas. Apesar desse rico desenvolvimento conceitual, os autores pouco se detiveram na discussão sobre o cânone acadêmico, foco da presente comunicação.

Naqueles 18 anos, o conceito de *cânone* passou de um termo consolidado no campo das letras para um fundamento multifacetado aplicável ao estudo da música, oferecendo um mapeamento sobre os domínios musicais em que se pode observar cânones e as bases sobre as quais se sustentam. Nesta comunicação, é considerado ainda um quinto elemento basilar para o cânone, no contexto brasileiro: a *geografia* (Quadro 1).

Domínios	Cânone pedagógico Cânone acadêmico Cânone de <i>performance</i> (<i>performing canon</i>)
Bases	Repertório Geografia Ideologia Crítica Técnica

Quadro 1: Domínios e bases do cânone

3. Cânone acadêmico

Especificamente em relação à academia, Bergeron (1992, p. 4) argumenta que o cânone é o elemento que reside no centro de um campo de pesquisa. O cânone também determina os limites desse campo, já que um indivíduo que está nele, ao internalizar seus padrões de excelência, aprende como não transgredir (p. 4-5). Em outras palavras, o cânone é uma “autoridade maior” que garante uma “conduta adequada”. Bergeron lembra que a existência de limites indica que não há somente o que está dentro deles, mas também que há algo do lado de fora. Nesse espaço, os “valores não podem mais ser medidos” (p. 5).

Um ponto essencial levantado por Weber diz respeito à “lentidão dos musicólogos” em reconhecer o cânone. Como causa disso, o autor argumenta que o cânone está tão entranhado nas concepções de música dos musicólogos e controla tanto do que estes fazem, que se torna imperceptível e naturalizado para eles (WEBER, 2001, p. 337). Curiosamente, até mesmo o autor parece ter caído na armadilha que ele próprio mencionou, acontecendo o mesmo em duas passagens de seu texto. Esse exemplo icônico demonstra que o risco de naturalizar o cânone é iminente na atividade de pesquisa. Ao comentar a música

dos últimos 500 anos, Weber não questiona que ou por que seu comentário se restrinja à música europeia de concerto (p. 341). Em seguida, o autor explicita a implicação canônica da polifonia na construção de uma linha de continuidade entre as várias épocas (p. 342), após ele mesmo ter estabelecido blocos de continuidade para a “evolução do cânone musical”. Estaria ele próprio promovendo (ou fortalecendo) a ideia de que, de fato, há uma única linha de continuidade em 500 anos de música?

4. Geografia como base do cânone musicológico

Dos cinco aspectos listados, *ideologia* é o mais discutido no âmbito acadêmico do cânone por esses autores, sobretudo por Randel. Já repertório, crítica e técnica são mais debatidos nos domínios pedagógicos e prático-musicais (KERMAN, 1983; BERGERON, 1992; WEBER, 2001). É possível pensar, brevemente, como essas categorias podem ser traduzidas para o campo da musicologia: *repertório* como um conjunto de objetos e metodologias, *ideologia* como as justificativas para o emprego de determinado repertório, *crítica* como atividade intrínseca de validação e legitimação dos resultados atingidos, e *técnica* como o conhecimento e boa utilização dos procedimentos de autores-referência.

Adicionalmente a estas categorias, considera-se outro aspecto fundamental do cânone acadêmico, que passa ao largo das discussões desses autores: a *geografia*. Apenas Weber menciona um elemento espacial e, mesmo assim, o faz somente para delimitar o escopo de sua pesquisa à Inglaterra. Esse tópico basilar do cânone deve ser abordado tanto no âmbito físico quanto no âmbito político da geografia.

Considerar o impacto geográfico sobre a pesquisa brasileira significa levar em conta que os Programas de Pós-Graduação (PPG) de música no país são bastante localizados: dos 15 PPGs atuais, apenas quatro estão sediados em estados fora do litoral leste do país e somente dois estão sediados fora de capitais (federal ou estaduais). Após a mais recente avaliação quadrienal dos PPGs realizada pela CAPES, devem ser mantidos nos estados interioranos apenas os programas da UnB, UFMG e UFU (CAPES, 2017).

Vale ressaltar que, mesmo na ausência de programas de música, as pesquisas relacionadas são absorvidas por programas de áreas afins (educação, história, sociologia, letras, filosofia, etc.). Nesses casos, é necessário reconhecer as conformações causadas pelas outras disciplinas. Rosemara Zago (2015) ressalta dificuldades para pesquisadores de música em Manaus, que “por estarem em um programa multidisciplinar, na maioria das vezes, não se sentem à vontade em realizar suas pesquisas, em música, pois se instaura um dilema entre a performance e a produção científica interdisciplinar” (ZAGO, 2015, p. 7). Comentando a

ausência de um programa específico na área de música, a autora argumenta que para “o avanço das pesquisas em música na região norte do Brasil faz-se necessário um maior diálogo com os campos disciplinares da pesquisa em música” (ZAGO, 2015, p. 8).

Há ao menos duas grandes influências da geografia sobre a pesquisa em música no Brasil (PMB): a importância local do repertório empregado e a facilidade (ou dificuldade) de que esse, posteriormente, se projete para outros locais. Sobre a primeira, vale apontar desde já uma característica da PMB: a alta frequência com que o objeto observado pelas pesquisas é local. Essa noção de “local” pode variar de um nível estadual até institucional. Utilizando as categorias propostas por Peirano (1999), trata-se principalmente das categorias de “alteridade próxima” (quando se estuda, por exemplo, aspectos da mesma cidade do pesquisador) e de “alteridade mínima” (quando o pesquisador está diretamente envolvido na atividade pesquisada).

Na PMB, se vê grande valorização de documentos e práticas locais como objeto de pesquisa em investigações que envolvem acesso a fontes primárias (seja via trabalho de campo, acervos, etc.). Essa característica é diametralmente oposta, por exemplo, ao caráter mais global de boa parte das pesquisas etnomusicológicas do hemisfério norte (PIEIDADE, 2010, p. 68-69). Frequentemente, objetos de estudo se localizam na cidade ou próximos à cidade da instituição promotora da pesquisa. Quando a tendência de “mesma região” é quebrada, frequentemente se vê exemplos de envolvimento pessoal de quem realiza a pesquisa com uma localidade distante. Esses dois caminhos são exemplificados pelos dados e análise apresentados por Salgado (2014) em relação às dissertações e teses a partir de 2000 nos PPGs de música da UNIRIO e da UFRJ. Apenas 5,7% e 3,2%, respectivamente, dos textos lidavam com questões musicais que, aparentemente, não eram as mesmas de seus pesquisadores.

Há ainda, entre a minoria, um grande número de estudos que tematizam assuntos importantes especificamente para a própria instituição, como o estudo de seus acervos, corpos docentes ou discentes, e práticas internas. Uma análise de eventos brasileiros na área de música evidencia essa proeminência dos baixos níveis de alteridade. Tomando como exemplo os 41 textos publicados nos anais da 1ª Conferência Internacional de Educação Musical de Sobral (STERVINO; NASCIMENTO, 2013), nota-se que 31 (75,6%) lidam com práticas educacionais e musicais dos próprios autores e de outros indivíduos da mesma cidade ou área metropolitana. Desses, nove textos abordavam situações das próprias instituições dos autores. Observando os 60 textos dos anais do 1º Colóquio de Pesquisa em Música da UFOP (MARIA *et al.*, 2017), 47 (78,3%) lidam com questões musicais brasileiras. Nesse subconjunto, 37

podem ser considerados em níveis de alteridade próxima ou alteridade mínima (7 discutem aspectos ligados às instituições dos autores). Ressalta-se ainda que respectivamente, nos eventos em Sobral e em Ouro Preto, 39 (95,1%) e 46 (76,7%) textos tinham autores ligados aos estados do Ceará e de Minas Gerais.

Optar por objetos locais impacta diretamente na escolha da metodologia empregada. Ao passo em que, em teoria, essa proximidade confere aos pesquisadores maior familiaridade e mais possibilidades de convivência e interlocução com os envolvidos e/ou com o objeto de estudo, ela também pode causar conflitos éticos pessoais e a supressão de hipóteses por falta de estranhamentos, mais prováveis de ocorrer com observadores não familiarizados com o objeto de estudo.

Do ponto de vista metodológico, há ainda que se considerar a capacidade de uma instituição (ou até mesmo de um único orientador) em conduzir projetos de pesquisas com determinado aparato conceitual e instrumental, como exemplificado nos comentários de Zago (2015). A importância dessa capacidade para uma investigação é comumente revelada em expressões como “se você pretende usar essas ferramentas, seria melhor se você estivesse na instituição x”. A “aptidão local” em capacitar a condução de pesquisa pode se manifestar, por exemplo, em uma forte tradição institucional com o repertório proposto, em infraestrutura de laboratórios, em disponibilidade de fontes e referências, e em massa crítica habituada ao repertório proposto. A vastidão do território brasileiro (ou seja, o local onde a PMB opera) proporciona exemplos de repertórios especializados de pesquisa. Há repertórios, tanto objetos quanto metodologias, frequentemente associados a locais específicos, seja pela frequência com que aparecem nesses locais ou pela presença de autores que tenham sido significativos na consolidação de determinado repertório.

Em relação ao segundo tópico, a geografia tem o potencial de impactar (seja impulsionar ou inibir) a disseminação de um repertório local para outras regiões. É importante notar que muitos desses fatores não têm relação direta com a qualidade final do trabalho, mas são levadas em conta na expectativa quanto a ela. Independentemente do esmero com que a pesquisa foi desenvolvida, não é incomum que uma pesquisa conduzida num PPG de longo histórico seja, de partida, percebida como de boa qualidade – embora nada garanta que de fato ela seja. PPGs recém-criados, por outro lado, ocasionalmente são olhados com certa desconfiança, embora o fato de serem novos também não determine que as pesquisas sejam ruins.

O mesmo se passa com pesquisadores, individualmente. Há um depósito de confiança em autores estabelecidos, ao passo que autores recém-ingressos precisam

constantemente lidar com a incerteza dos pares. Nesses casos, o fator geográfico atua no imaginário dos pares, localizando expectativas sobre a qualidade de sua preparação como pesquisador e/ou de seu conhecimento nativo sobre determinado objeto. Além do respaldo (ou falta de respaldo) especificamente a partir do orientador, há certa predisposição (ou pré-indisposição) de recepção baseada no que determinada instituição ou cidade representa. Novamente, nada disso garante (nem condena) a qualidade das pesquisas que conduzem.

Fatores de diferentes envergaduras influenciam o potencial de disseminação de pesquisas: desde a localização da instituição promotora da investigação, até a mera disponibilização aberta e organizada de sua produção acadêmica num site institucional. Esses fatores também podem incluir aspectos ainda mais abrangentes como, entre outros, a relevância histórica (cultural, política, econômica, etc.) da cidade ou estado da instituição, a quantidade de instituições próximas (e conseqüentemente a quantidade de eventos acadêmicos) e o engajamento (fora do ambiente acadêmico) com a pesquisa.

5. Considerações finais

Destaca-se, por fim, as duas conformações da geografia sobre a pesquisa discutidas nesta comunicação. Em primeiro lugar, a importância local dos objetos e metodologias empregadas em pesquisa, que pode ser observado no envolvimento dos pesquisadores em nível pessoal (“alteridade mínima”) ou regional (“alteridade próxima”), na familiaridade com objetos e metodologias nos variados PPGs brasileiros e na disponibilidade de recursos (acervos, ambientes de trabalho, trabalho de campo, etc.). Em segundo lugar, há de se considerar a capilaridade com que a produção de um determinado local pode se disseminar a outras regiões e, sobretudo, aos pontos considerados centrais para a atividade de pesquisa. Nesse domínio, ressalta-se a importância de observar a distribuição dos PPGs brasileiros de música pelo território nacional e, principalmente, o impacto dessa distribuição sobre a construção de conhecimento musicológico no país.

Referências:

- BAIA, Silvano Fernandes. *A historiografia da música popular no Brasil (1971-1999)*. Tese de doutorado em História. São Paulo: FFLCH-USP, 2011.
- _____. A linhagem samba-bossa-MPB: sobre a construção de um discurso de tradição da música popular brasileira. *Per Musi*, Belo Horizonte, n.29, 2014. pp. 154-168.
- BERGERON, Katherine. Prologue: Disciplining Music. In: BERGERON, Katherine; BOHLMAN, Philip (eds.). *Disciplining Music: Musicology and Its Canons*. Chicago: Chicago University Press, 1992, p. 10-22.
- BERGERON, Katherine; BOHLMAN, Philip (eds.). *Disciplining Music: Musicology and Its Canons*. Chicago: Chicago University Press, 1992.

- CAPES. *Resultados finais da Avaliação Quadrienal 2017 – programas acadêmicos*. Disponível em <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2/5_Resultados%20finais_por%20%C3%A1rea_programas%20acad%C3%AAmicos.xlsx?attredirects=0&d=1>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- CITRON, Marcia J. *Gender and the Musical Canon*. Illinois: University of Illinois, 1993.
- EVANS, Peter. The Study of Music at University – 1. *The Musical Times*, vol. 114, No 1560 (Feb. 1973). pp. 129-131.
- KERMAN, Joseph. A Few Canonic Variations. *Critical Inquiry*, Vol. 10, No. 1, Canons (Sep. 1983). Chicago: Chicago University, 1983. pp. 107-125. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1343408>>. Acesso em: 16 mai. 2017.
- MARIA, Edésio de Lara Melo; CASTRO, Teresa Mendes de; PAOLIELLO, Guilherme; BUARQUE, Virgínia (org.). *Anais: 1º Colóquio de Pesquisa em Música da UFOP: ensino-aprendizagem, memória e linguagens*. N. 1, V. 1. Ouro Preto: UFOP, 2017.
- PEIRANO, Mariza G. S. *A Alteridade em Contexto: A Antropologia como Ciência Social no Brasil*. Série Antropologia, n. 255. Brasília: UnB, 1999. Disponível em <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie255empdf.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- PIEIDADE, Acácio Tadeu de Camargo. Algumas questões da pesquisa em etnomusicologia. In FREIRE, Vanda Bellard (org.). *Horizonte da pesquisa em música*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010, p. 63-81.
- RANDEL, Don Michael. The Canons in the Musicological Toolbox. In: BERGERON, Katherine; BOHLMAN, Philip (eds.). *Disciplining Music: Musicology and Its Canons*. Chicago: Chicago University Press, 1992, p. 10-22.
- SALGADO, José Alberto. Questões de método e interlocução em pesquisas com práticas de música. *El oído pensante*, vol. 2, nº 2, Agosto 2014 - Enero 2015. 2014. Disponível em <<http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/oidopensante/article/view/4801/9004>>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- SCOTT, Hugh Arthur. Canons of Musical Judgment: The Question of Key-Relationships. *The Musical Times*, vol. 70, no. 1039 (Sep. 1, 1929). pp. 816, 821-822.
- STERVINO, Adeline; NASCIMENTO, Marco Antonio T. (org.). *Anais: I Conferência Internacional de Educação Musical de Sobral*. Sobral: 2013.
- VILELA, Ivan. Ouvir a música como uma experiência imprescindível para se fazer musicologia. *Música em Perspectiva*, v. 7, n. 2, dez. 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/musica/article/view/41506>>. Acesso em: 02 set. 2017.
- WEBER, Willian. The eighteen-century origins of musical canon. *Journal of the Royal Musical Association*, vol. 114, no. 1, 1989. pp. 6-17.
- ZAGO, Rosemara Staub de Barros. Sociedade e Cultura na Amazônia: a música na pesquisa e na pós-graduação. In: Congresso da ANPPOM, 25, 2015, Vitória. *Anais...* Vitória: 2015. Disponível em: <<http://www.anppom.com.br/congressos/index.php/25anppom/Vitoria2015/paper/view/3747/1007>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

Notas

¹ Em 1973 e 1974, o periódico britânico *The Musical Times* publicou uma série de nove artigos intitulada *The Study of Music at University*, com o objetivo de oferecer uma gama de “pontos de vistas sobre a natureza da música como um estudo universitário” (EVANS, 1973, p. 129), cujo primeiro artigo foi escrito por Peter Evans.

² Todas as traduções são nossas. No original: “A canon is an idea; a repertory is a program of action.”

³ No original: “‘canon’ is the framework that supports their [N.T.: individual works’] identification in critical and ideological terms.”